

MANIFESTO PÚBLICO

Reforma Tributária e o “Luto no Esporte Paralímpico”

O Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, representando clubes, associações e entidades sem fins lucrativos dedicadas ao desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, vem a público manifestar sua profunda preocupação com os possíveis impactos da regulamentação da Reforma Tributária sobre o setor esportivo associativo.

A proposta de simplificação do sistema tributário brasileiro, por meio da adoção do modelo de IVA dual, representa um avanço na racionalização fiscal do país. Contudo, é imprescindível que essa modernização não comprometa direitos constitucionais nem fragilize setores que desempenham função social essencial.

O Papel Social dos Clubes Paralímpicos

Nossos clubes não são apenas centros esportivos. São espaços de inclusão, dignidade, superação e transformação social.

São instituições que promovem acessibilidade e cidadania, oferecem oportunidades a pessoas com deficiência, desenvolvem talentos e formam atletas de alto rendimento e garantem inclusão social por meio do esporte

Todos os nossos filiados são **organizações sociais associativas sem fins lucrativos**, sustentadas por contribuições de associados, projetos sociais e parcerias institucionais.

Preocupações com a Reforma Tributária

A ausência de clareza quanto à preservação das imunidades constitucionais e tratamentos diferenciados pode gerar redução do alcance das imunidades tributárias, ampliação da incidência de tributos sobre serviços esportivos, aumento significativo do custo operacional das entidades, risco de repasse de custos a atletas e famílias e comprometimento da continuidade de projetos sociais e educacionais

Para o esporte paralímpico, qualquer aumento de carga tributária não é apenas um impacto contábil — é um impacto humano.

Consequências Sociais

Se houver aumento relevante da carga tributária sobre as entidades sem fins lucrativos, poderemos enfrentar diminuição do acesso ao esporte para pessoas com deficiência, redução na formação de novos atletas paralímpicos, enfraquecimento da base esportiva



nacional, interrupção de projetos que hoje garantem inclusão e mobilidade social. O que está em jogo não é apenas o funcionamento de clubes, mas a manutenção de políticas sociais que transformam vidas.

É nesse contexto que surge a expressão simbólica de **“luto no esporte”** — não como oposição à modernização do país, mas como alerta legítimo diante do risco de retrocessos históricos.

Defesa do Diálogo e da Segurança Jurídica

O Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos defende:

- A **preservação integral das imunidades constitucionais** das entidades sem fins lucrativos
- Tratamento tributário adequado às atividades esportivas de caráter social
- Segurança jurídica para continuidade dos projetos paralímpicos
- Participação ativa do setor esportivo na regulamentação da reforma

Modernizar o sistema tributário é necessário. Comprometer a inclusão social não é aceitável.

O Esporte Paralímpico Não Pode Pagar Essa Conta

O Brasil é referência mundial no esporte paralímpico. Cada medalha conquistada representa anos de investimento social, dedicação coletiva e compromisso institucional.

Tributar excessivamente as entidades que sustentam essa base significa enfraquecer um patrimônio nacional. O Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos reafirma sua disposição ao diálogo construtivo com o Congresso Nacional, o Poder Executivo e demais instituições, buscando soluções equilibradas que preservem a função social do esporte.

Não queremos privilégios. Queremos justiça fiscal, segurança jurídica e respeito à Constituição.

Pelo esporte.
Pela inclusão.
Pelo Brasil.

“Estamos em Luto no Esporte Paralímpico”

Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos

